

Fundação Nossa Senhora da Esperança

Anexo

1. Identificação da Entidade	4
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
3. Principais políticas contabilísticas	5
3.1. Bases de apresentação	5
3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração	7
4. Ativos fixos tangíveis	12
5. Ativos intangíveis.....	13
6. Custos de empréstimos obtidos	13
7. Inventários	13
8. Rendimentos e gastos	14
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	16
9.1. Provisões	16
9.2. Passivos contingentes.....	16
9.3. Ativos contingentes	16
10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas	16
11. Instrumentos financeiros	16
12. Benefícios dos empregados	17
13. Acontecimentos após a data do balanço	17
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
15. Outras divulgações	18
15.1. Investimentos financeiros.....	18
15.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	18
15.3. Clientes e utentes	18
15.4. Outras contas a receber.....	18
15.5. Diferimentos	19
15.6. Outros ativos financeiros	19
15.7. Caixa e depósitos bancários	19
15.8. Fundos patrimoniais.....	19
15.9. Fornecedores	20

15.10. Estado e outros entes públicos	20
15.11. Outras contas a pagar	20
15.12. Outros passivos financeiros	21
15.13. Subsídios, doações e legados à exploração.....	21
15.14. Fornecimentos e serviços externos	21
15.15. Outros rendimentos	22
15.16. Outros gastos.....	22
15.17. Resultados financeiros.....	22
15.18. Acontecimentos após data de balanço.....	22

1. Identificação da Entidade

A “Fundação Nossa Senhora da Esperança” (adiante designada por “Entidade” ou “Fundação”) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de **Fundação de Solidariedade Social**, com estatutos publicados no Diário da República 2.ª Série, n.º 45, de 4 de março de 2008, através da Declaração n.º 72/2008.

O registo foi lavrado pelo averbamento n.º 4, à inscrição n.º 85/86, a fls. 93 verso do Livro n.º 3 e fls. 186 do Livro n.º 6 das Fundações de Solidariedade Social, considerando-se efetuado em 19 de julho de 2016.

- **Sede em 2025:** Rua Sequeira Sameira, 7320-138 Castelo de Vide
- **Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC):** 500 875 871

A Fundação tem como fins principais:

1. Exercer e/ou promover atividades de assistência nos campos da tiflogia, da terceira idade e outras de natureza social.
2. Desenvolver a sua atuação nas áreas cultural e da formação e qualificação avançada.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a **Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)**, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março. Nos termos do Anexo II do referido diploma, o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011, de 14 de março
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011, de 14 de março
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, tendo sido preparado um Balanço de abertura em 1 de janeiro de 2012 de acordo com este normativo. Os ajustamentos decorrentes foram registados em “Fundos patrimoniais – Resultados transitados”, não havendo ajustamentos adicionais em 2025.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras de 2025 são consistentes com as utilizadas no exercício anterior (2024), salvo indicação em contrário.

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as BADF, devendo a informação ser compreensível, relevante, fiável e comparável.

3.1.1. Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e registados nos períodos a que respeitam, independentemente do momento do pagamento ou recebimento. As diferenças entre recebimentos/pagamentos e rendimentos/gastos são registadas nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2. Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Direção considera que a Entidade continuará a operar no futuro previsível, não existindo intenção ou necessidade de liquidar ou reduzir significativamente o nível das suas operações.

Para as entidades do setor não lucrativo, a continuidade está associada à manutenção da capacidade de prestação de serviços e de cumprimento dos fins estatutários.

3.1.3. Compreensibilidade

As demonstrações financeiras são preparadas de forma a serem compreensíveis para os utentes da informação, não se evitando matérias complexas quando estas sejam relevantes para a tomada de decisão.

3.1.4. Relevância

A informação é relevante se a sua omissão ou inexatidão puder influenciar as decisões económicas dos utentes, ajudando a compreender o passado, avaliar o presente e projetar o futuro.

3.1.5. Materialidade

A relevância é influenciada pela natureza e pela materialidade da informação. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão puder influenciar as decisões dos utentes. Itens não materialmente relevantes para apresentação separada podem ser objeto de divulgação em notas anexas.

3.1.6. Fiabilidade

A informação é fiável quando se encontra isenta de erros materiais e de enviesamentos, representando fielmente as transações e acontecimentos, com base em documentação apropriada.

3.1.7. Representação fidedigna

A fiabilidade é obtida através da representação fidedigna das transações e acontecimentos, refletindo a sua substância económica e não apenas a forma legal.

3.1.8. Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, mesmo que esta difira da forma jurídica.

3.1.9. Neutralidade

A informação não é influenciada por preconceitos ou interesses particulares, sendo preparada de forma neutra.

3.1.10. Prudência

A Entidade adota critérios prudentes na mensuração de ativos e passivos, de forma a não sobreavaliar ativos e rendimentos nem subavaliar passivos e gastos, sem criação de reservas ocultas ou provisões excessivas.

3.1.11. Plenitude

A informação é considerada fiável quando inclui todos os dados relevantes que satisfaçam os critérios de reconhecimento, respeitados os limites de materialidade e custo. Omissões podem conduzir a decisões erradas.

3.1.12. Comparabilidade

As políticas contabilísticas são aplicadas de forma consistente, permitindo a comparabilidade da informação entre períodos. Alterações são divulgadas, incluindo a natureza, o impacto quantitativo e a respetiva justificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Fluxos de caixa

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui numerário e depósitos bancários de curto prazo, imediatamente mobilizáveis e sem risco significativo de alteração de valor.

Transações de investimento e financiamento que não envolvam movimentos de caixa são divulgadas, quando relevantes, para melhor compreensão da posição financeira.

3.2.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

São reconhecidos como ativos intangíveis apenas os gastos que cumpram cumulativamente:

- probabilidade de geração de benefícios económicos futuros;
- mensuração fiável do seu custo.

As despesas de investigação são registadas como gasto do período. As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando a Entidade demonstre capacidade técnica e económica para concluir os projetos e previsão de geração de benefícios económicos futuros.

As amortizações são calculadas pelo método da linha reta, a partir do momento em que os ativos estejam em condições de uso, em função da vida útil estimada.

O valor residual dos ativos intangíveis com vida útil finita é assumido como nulo, exceto quando exista compromisso de compra por terceiro ou mercado ativo expectável no final da vida útil.

3.2.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade.

O custo inclui:

- preço de compra;
- custos diretamente atribuíveis (transporte, montagem, honorários, etc.);
- estimativa inicial de custos de desmantelamento, remoção e restauração do local, quando aplicável.

Os ativos recebidos a título gratuito são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor de registo na contabilidade do dador.

As despesas de manutenção que não aumentem a vida útil ou a capacidade produtiva são registadas como gasto do período. Benfeitorias que gerem benefícios económicos adicionais são capitalizadas.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estão em condições de uso, pelo método da linha reta, de acordo com as vidas úteis adotadas pela Entidade, em linha com o exercício de 2024.

As mais-valias e menos-valias resultantes da alienação de ativos são registadas em “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, correspondendo à diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada.

3.2.4. Bens do património histórico, artístico e cultural

Os bens do património histórico, artístico e cultural são mensurados, regra geral, ao custo histórico. Os bens recebidos gratuitamente são mensurados ao justo valor, ao valor de seguro ou ao valor de registo na contabilidade do dador.

As aquisições gratuitas têm contrapartida em “Variações nos fundos patrimoniais”.

Atendendo à dificuldade de estimar a vida útil destes bens, os mesmos **não são depreciados**. As incorporações realizadas neles (por exemplo, sistemas de climatização, elevadores, segurança, etc.) são depreciadas de acordo com a sua vida útil específica.

3.2.5. Propriedades de investimento

À data de 31 de dezembro de 2025, a Fundação não detém propriedades de investimento registadas como tal. Os imóveis são classificados como ativos fixos tangíveis ou bens do património, consoante o seu uso.

3.2.6. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem, essencialmente, a participações financeiras em outras entidades.

Em 31 de dezembro de 2025, existe um investimento em subsidiária/participada no montante de 500,00 €, registado ao custo de aquisição, não tendo sido identificadas imparidades.

3.2.7. Inventários

Os inventários são valorizados ao mais baixo de entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido dos custos necessários para concluir a produção e efetuar a venda.

A Entidade adota o método **FIFO (first in, first out)** no apuramento do custo das mercadorias e matérias consumidas.

Quando o custo excede o valor realizável líquido, a diferença é registada como perda por imparidade.

3.2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando a Entidade se torna parte das respetivas disposições contratuais.

Excluem-se deste ponto:

- investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- direitos e obrigações em planos de benefícios a empregados;
- determinados contratos de seguro;
- certas locações, exceto se implicarem perdas associadas a riscos específicos.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares vencidos e exigíveis são registados no ativo pela quantia realizável, líquida de eventuais perdas por imparidade.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são registados ao valor nominal, deduzido de perdas por imparidade, quando exista evidência objetiva de incobrabilidade.

As perdas por imparidade correspondem à diferença entre o montante em dívida e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos negociados em mercados líquidos podem ser mensurados ao justo valor, com variações reconhecidas em resultados, quando aplicável.

Os custos de transação são incluídos na mensuração inicial dos instrumentos mensurados ao custo, mas não dos registados ao justo valor através de resultados.

Caixa e depósitos bancários

Inclui numerário, depósitos à ordem e depósitos a prazo de curto prazo, imediatamente mobilizáveis e sem risco significativo de alteração de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras contas a pagar são registadas ao seu valor nominal, atendendo ao seu carácter de curto prazo.

3.2.9. Fundos patrimoniais

Os fundos patrimoniais representam o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos e incluem:

- fundos atribuídos pelos fundadores e por terceiros;
- resultados transitados e excedentes acumulados;
- excedentes de revalorização;
- outras variações nos fundos patrimoniais, incluindo subsídios e doações incorporados por imposição legal ou estatutária.

3.2.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade reconhece provisões quando:

- existe obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de acontecimentos passados;
- é provável o exfluxo de recursos;
- a quantia pode ser estimada com fiabilidade.

As provisões são revistas e ajustadas em cada data de balanço.

Os passivos contingentes não são reconhecidos, sendo divulgados quando o risco de exfluxo não é remoto.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, sendo divulgados quando a entrada de benefícios económicos seja provável.

3.2.11. Financiamentos obtidos e locações

Empréstimos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados ao valor nominal, líquido de custos de transação. Os encargos financeiros são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos. Não foram capitalizados juros em 2025.

Locações

Os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos fixos tangíveis e passivos financeiros, sendo os ativos depreciados de acordo com a vida útil estimada ou prazo do contrato, o mais curto.

As locações operacionais são reconhecidas como gasto do período em “Fornecimentos e serviços externos”.

Em 2025, não existem locações financeiras materialmente relevantes.

3.2.12. Estado e outros entes públicos

A Fundação, enquanto instituição particular de solidariedade social, beneficia do regime de isenção de IRC previsto no artigo 10.º do Código do IRC, relativamente a rendimentos obtidos no âmbito dos fins estatutários.

Os rendimentos fora desse âmbito podem estar sujeitos a tributação, de acordo com o disposto no n.º 3 do mesmo artigo.

Em 2025, não foi apurado imposto sobre o rendimento do período.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão pelos prazos legais em vigor.

4. Ativos fixos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Ativos fixos tangíveis” apresenta o seguinte valor global:

- 2025: 4 521 355,88 €
- 2024: 4 345 820,72 €

Incluem-se, nomeadamente, terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções, equipamento básico, equipamento de transporte, equipamento administrativo e outros ativos fixos tangíveis.

Os movimentos detalhados por classe (saldo inicial, aquisições, abates, transferências, depreciações do período e saldo final) seguem a mesma estrutura do anexo de 2024, devendo ser anexados a partir dos mapas extraídos do sistema contabilístico.

5. Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Ativos intangíveis” apresenta:

- 2025: 12 958,36 €
- 2024: 12 958,36 €

Corresponde essencialmente a projetos de desenvolvimento e/ou programas de computador. Não ocorreram movimentos significativos em 2025, mantendo-se os ativos registados e amortizados de acordo com a vida útil estimada.

6. Custos de empréstimos obtidos

Os encargos financeiros associados a empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Em 2025, a Entidade não suportou encargos financeiros relevantes, não existindo capitalização de juros.

Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica “Financiamentos obtidos” totalizava 4 843,72 € (2024: 6 163,29 €), respeitantes a descobertos bancários/contas caucionadas e outros financiamentos de curto prazo.

7. Inventários

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os inventários apresentavam os seguintes valores globais:

- 2025: 41 199,54 €
- 2024: 37 395,70 €

Os inventários compreendem:

- mercadorias;
- matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas foi:

- 2025: 196 978,29 €
- 2024: 196 904,34 €

8. Rendimentos e gastos

Nota Explicativa – Alteração de Política Contabilística (FAQ 39 da CNC)

Alteração no reconhecimento das participações dos acordos de cooperação

No exercício de 2024, a Fundação procedeu à atualização do tratamento contabilístico das verbas recebidas no âmbito dos acordos de cooperação celebrados com o Estado, em conformidade com a mais recente adaptação da FAQ 39 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), aplicável às Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL).

A CNC clarificou que, sempre que a participação mensal atribuída pelo Estado tenha como finalidade suportar total ou parcialmente a mensalidade devida pelo utente, nomeadamente nas respostas sociais cujo financiamento depende da variação do número de utentes, tais verbas devem ser reconhecidas como rendimento da atividade operacional, por constituírem contrapartida direta dos serviços prestados.

Em consequência desta orientação, a Fundação deixou de reconhecer estas verbas na conta 75 – Subsídios à Exploração, passando a registá-las na conta 72 – Prestações de Serviços, por refletirem a natureza de preço (ou parte do preço) dos serviços prestados aos utentes.

Esta alteração constitui uma mudança de política contabilística, aplicada de forma prospectiva a partir de 1 de janeiro de 2024, não tendo impacto no resultado líquido do exercício, mas alterando a classificação e estrutura dos rendimentos operacionais. A Fundação

procedeu à atualização dos seus procedimentos internos e assegurou a adequada divulgação desta alteração no presente Anexo.

De acordo com a Demonstração dos Resultados por Naturezas, destacam-se:

- Vendas e serviços prestados: (Nota 15.13)
 - 2025: 1 928 761,93 €
 - 2024: 1 108 781,22 €
- Subsídios, doações e legados à exploração (Nota 15.13):
 - 2025: 21 880,52 €
 - 2024: 687 371,72 €
- Fornecimentos e serviços externos (Nota 15.14):
 - 2025: 377 948,11 €
 - 2024: 355 990,64 €
- Gastos com o pessoal (Nota 12):
 - 2025: 1 417 429,48 €
 - 2024: 1 267 600,76 €
- Outros rendimentos (Nota 15.15):
 - 2025: 68 976,03 €
 - 2024: 58 028,57 €
- Outros gastos (Nota 15.16):
 - 2025: 2 945,87 €
 - 2024: 903,82 €

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos foi, em 2025, de 25 316,73 € (2024: 32 481,95 €).

O resultado líquido do período foi de:

- 2025: 578,93 €
- 2024: 3 027,90 €

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Provisões

Descrição	2025	Aumentos	Diminuições	2024
Provisões específicas do setor	791,99	0,00	0,00	791,99
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	791,99	0,00	0,00	791,99

9.2. Passivos contingentes

À data de 31 de dezembro de 2025, não são conhecidos passivos contingentes significativos que careçam de divulgação adicional.

9.3. Ativos contingentes

Não foram identificados ativos contingentes com probabilidade suficientemente elevada de ocorrência que justificassem divulgação específica.

10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Os subsídios, apoios públicos, doações e heranças reconhecidos na exploração em 2025 e 2024 são apresentados na Nota 15.13, não existindo subsídios de investimento por amortizar com impacto relevante.

11. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Entidade não detinha posições relevantes em moeda estrangeira, não havendo efeitos significativos decorrentes de alterações nas taxas de câmbio.

12. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos da Fundação não auferem remunerações.

Em 2024, a Fundação teve em média 74 colaboradores, dos quais 72 com contrato com a Entidade. Em 2025, o número médio de colaboradores manteve-se em níveis semelhantes, não havendo alterações significativas na estrutura de pessoal.

Os gastos com o pessoal foram:

- 2025: 1 417 429,48 €
- 2024: 1 267 600,76 €

Incluem, nomeadamente:

- remunerações ao pessoal;
- encargos sobre as remunerações (Segurança Social e outros);
- seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- outros gastos com o pessoal.

13. Acontecimentos após a data do balanço

Até à data de elaboração e aprovação do presente anexo, não são conhecidos acontecimentos subsequentes com impacto material nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras divulgações

15.1. Investimentos financeiros

Descrição	2025	2024
Investimentos em subsidiárias	500,00	500,00
Método da equivalência patrimonial	0,00	0,00
Outros métodos	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total	500,00	500,00

15.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam saldos de ativos ou passivos nesta rubrica:

- Total de ativos: 0,00 €
- Total de passivos: 0,00 €

15.3. Clientes e utentes

Descrição	2025	2024
Clientes e utentes c/c – Clientes	0,00	0,00
Clientes e utentes c/c – Utentes	6 652,81	18 634,99
Clientes e utentes – títulos a receber	-44 236,75	-14 806,17
Clientes e utentes – cobrança duvidosa	0,00	0,00
Total	-37 583,94	3 828,82

Não foram registadas perdas por imparidade em 2025 e 2024.

15.4. Outras contas a receber

Descrição	2025	2024
Remunerações a pagar ao pessoal (saldo devedor)	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	7 461,16	7 134,00
Outras operações	-508,12	749,05

Descrição	2025	2024
Outros devedores	1 884,61	2 058,71
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	8 837,65	9 941,76

15.5. Diferimentos

No Balanço, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os diferimentos (ativo) totalizavam

24 222,77 €, correspondendo essencialmente a gastos antecipados (seguros, contratos de manutenção e outros) a reconhecer em exercícios futuros.

15.6. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam outros ativos financeiros relevantes além dos investimentos em subsidiárias já referidos.

15.7. Caixa e depósitos bancários

Descrição	2025	2024
Caixa	1 038,76	192,38
Depósitos à ordem	92 098,96	118 685,97
Depósitos a prazo	245 000,00	245 000,00
Total	338 137,72	363 878,35

(Os valores de 2025 foram conciliados com o Balanço.)

15.8. Fundos patrimoniais

Descrição	Saldo inicial 2025	Aumentos 2025	Diminuições 2025	Saldo final 2025
Fundos	3 541 611,86	0,00	0,00	3 541 611,86
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	42 194,12	3 027,90	0,00	45 222,02
Excedentes de revalorização	407 000,00	0,00	0,00	407 000,00

Descrição	Saldo inicial 2025	Adições 2025	Diminuições 2025	Saldo final 2025
Outras variações nos fundos patrimoniais	938 335,79	74 048,98	0,00	1 012 384,77
Total	4 929 141,77	77 076,88	0,00	5 006 218,65

O resultado líquido de 2025, no montante de -1 421,07 €, será incorporado em resultados transitados no exercício seguinte.

15.9. Fornecedores

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	44 236,75	14 806,17
Total	44 236,75	14 806,17

15.10. Estado e outros entes públicos

Descrição	2025	2024
Ativo – IVA a recuperar	4 820,59	5 193,73
Ativo – Outros impostos e taxas	568,03	4 780,06
Total ativo	5 388,62	9 973,79
Passivo – Segurança Social	34 162,71	25 836,70
Passivo – Outros impostos e taxas	3 568,38	6 775,62
Total passivo	37 731,09	32 612,32

(Os valores detalhados devem ser confirmados com os mapas fiscais.)

15.11. Outras contas a pagar

Descrição	2025 – Corrente	2024 – Corrente
Pessoal – remunerações a pagar	0,00	0,00
Outras operações	508,12	-749,05
Outros credores	-3 884,61	-2 058,71
Total	-3 376,61	-2 807,76

(Os saldos negativos resultam de compensações com contas a receber; devem ser lidos em conjunto com a Nota 15.4.)

15.12. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existem outros passivos financeiros relevantes (saldo: 0,00 €).

15.13. Vendas e Serviços Prestados

Descrição	2025
Prestação de Serviços - Lares	1 147 705,01
Comparticipação da Segurança Social	766 680,25
Descontos e Abatimentos	3 840,68
Serviços Secundários	10 535,99
Descontos e Abatimentos	3 840,68
Total	1 928 761,93

15.13. Subsídios, doações e legados à exploração

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	9 637,95	674 094,61
Subsídios de outras entidades	12 291,23	0,00
Doações e heranças	1 951,34	13 277,11
Legados	0,00	0,00
Total	23 880,52	687 371,72

15.14. Fornecimentos e serviços externos

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	104 847,67	83 130,25
Materiais	10 769,55	8 009,84
Energia e fluidos	151 430,55	147 147,09
Deslocações, estadas e transportes	661,78	1 141,40
Serviços diversos	110 238,56	116 562,06

Descrição	2025	2024
Total	377 948,11	355 990,64

15.15. Outros rendimentos

Descrição	2025	2024
Descontos de pronto pagamento obtidos	69,82	3 298,83
Rendimentos em investimentos não financeiros	27 483,12	19 726,24
Outros rendimentos	41 423,09	35 003,50
Total	68 976,03	58 028,57

15.16. Outros gastos

Descrição	2025	2024
Impostos	2 370,87	453,82
Outros gastos	575,00	450,00
Total	2 945,87	903,82

15.17. Resultados financeiros

Descrição	2025	2024
Juros obtidos	3 179,26	2 596,07
Juros suportados	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	80,00
Resultado financeiro líquido	3 179,26	2 516,07

15.18. Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos, à data de aprovação das demonstrações financeiras, acontecimentos subsequentes com impacto significativo nas contas em 31 de dezembro de 2025.

Castelo de Vide, ____ de _____ de 2026

A Direção _____

O Contabilista Certificado _____

Fundação Nossa Senhora da Esperança
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 500875871

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2025	31 DEZ 2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		4 521 355,88	4 345 820,72
Bens do património histórico e artístico e cultural		370 392,63	370 392,63
Ativos intangíveis		12 958,36	12 958,36
Investimentos financeiros		500,00	500,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		4 905 206,87	4 729 671,71
Activo corrente			
Inventários		41 199,54	37 395,70
Créditos a receber		6 652,81	18 634,99
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		24 222,77	24 222,77
Caixa e depósitos bancários		338 137,72	363 878,35
Estado e Outros Entes Públicos		5 388,62	9 973,79
Outros Activos Correntes		11 345,77	9 948,93
		426 947,23	464 054,53
Total do ativo		5 332 154,10	5 193 726,24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		3 541 611,86	3 541 611,86
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		45 222,02	42 194,12
Excedentes de revalorização		407 000,00	407 000,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 012 384,77	938 335,79
		5 006 218,65	4 929 141,77
Resultado líquido do período		578,93	3 027,90
Total dos fundos patrimoniais		5 006 797,58	4 932 169,67
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		791,99	791,99
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		791,99	791,99
Passivo corrente			
Fornecedores		44 236,75	14 806,17
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		4 843,72	6 163,29
Diferimentos		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos		37 731,09	32 612,32
Passivo Corrente		237 752,97	207 182,80
		324 564,53	260 764,58
Total do passivo		325 356,52	261 556,57
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 332 154,10	5 193 726,24

A Direção

O responsável

Fundação Nossa Senhora da Esperança
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		1 996 262,97	1 787 319,37
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		1 092 076,10	940 519,68
Pagamentos ao pessoal		1 008 203,32	883 455,70
	Caixa gerada pelas operações	-104 016,45	-36 656,01
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		8 782,90	31 129,90
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-95 233,55	-5 526,11
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		120 000,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	2 291,07
Dividendos		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	120 000,00	2 291,07
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		24 766,45	-3 235,04
Efeito das diferenças de câmbio		45,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		363 878,35	403 531,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período		338 137,72	363 878,35

A Direcção

O Responsável